

Fronteiras simbólicas: globalização e xenorracismo no novo fluxo (i)migratório no Alto Uruguai Gaúcho

Henrique Antônio Trizoto

Coordenador do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font - Erechim/RS
Doutorando em História pela UPF e bolsista Prosuc/Capes II

Resumo

Debates relacionados a racismo, imigração, xenofobia tem se tornado pauta frequente na academia. Os olhares multifacetados dos grupos sociais que recebem diariamente e incessantemente informações, notícias falsas por meio das redes sociais tem impactado negativamente na construção destes debates e espalhado intolerância onde os debates acadêmicos não chegam. Neste sentido, sob as luzes da história cultural / história do tempo presente, nossa proposta versa pela análise de dois fluxos (i)migratórios em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul (Erechim) separados por cerca de um século. Europeus e seus descendentes x haitianos e senegaleses (grupos com maior incidência). A presente proposta de pesquisa parte de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo abarcando conceitos contemporâneos com destaque para o de fronteiras simbólicas oriunda dos processos de globalização. Com o intuito de analisar os fluxos (i)migratórios que ocorreram ao longo da primeira metade do século XX predominantemente por grupos que saíram da Europa e construir um contraponto acerca dos fluxos (i)migratórios de haitianos e senegaleses que se aceleraram no início do século XXI em solo Erechinense, mapeando as consonâncias e as dissonâncias destes fluxos (i)migratórios em Erechim / RS, partindo da premissa que ambas as movimentações perpassam pela busca de melhores condições de vida, ascensão profissional e consequentemente social e aceitação no novo espaço ocupado.

Palavras-chave: Imigração; Xenorracismo; Fronteiras simbólicas.

Abstract

Discussions related to racism, immigration and xenophobia have become frequent topics in academia. The multifaceted views of social groups that receive information and fake news incessantly daily through social networks have had a negative impact on the construction of these debates and spread intolerance where academic debates do not reach. In this sense, under the lights of cultural history / history of the present time, our proposal is to analyze two (i)migratory flows in a city in the interior of Rio Grande do Sul (Erechim) separated by about a century. Europeans and their descendants x Haitians and Senegalese (groups with the highest incidence). This research proposal is based on a qualitative bibliographical review covering contemporary concepts, with emphasis on symbolic borders arising from globalization processes. With the aim of analyzing the (i)migratory flows that occurred throughout the first half of the 20th century, predominantly by groups leaving Europe, and building a counterpoint to the (i)migratory flows of Haitians and Senegalese that accelerated at the beginning of the 21st century on Erechinense soil, mapping the consonances and dissonances of these (i)migratory flows in Erechim / RS, starting from the premise that both movements are based on the search for better living conditions, professional and consequently social advancement and acceptance in the new space occupied.

Keywords: Immigration; Xenoracism; Symbolic borders.

1. Introdução

A região do Alto Uruguai Gaúcho apresenta condições distintas de ocupação e povoamento em comparação das demais regiões do estado. A construção de políticas públicas alicerçadas no incentivo a imigração direta da Europa ou a migração de seus descendentes oriundos das colônias velhas a partir da criação da Colônia Erechim em 1908 com o intuito de resolver os problemas de regulamentação fundiária, e em menor escala, defender as fronteiras do território serviram como plano de fundo para a criação e consolidação de uma narrativa histórica ufanista com traços míticos da colonização, que reverbera até os dias atuais. Uma parcela significativa destes imigrantes (para não dizer todos) viu uma oportunidade de melhores condições de vida, trabalho e prosperidade em solo brasileiro. O mesmo pode ser dito acerca do processo que intensificou a cerca de quinze anos com a chegada de senegaleses, haitianos e mais recentemente venezuelanos em solo erechinense.

A presente pesquisa é um desdobramento da pesquisa de doutorado do autor que versa sobre a formação do erechinense cordial a partir do acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font e da atuação profissional frente ao espaço, que recebe desde crianças da educação infantil (Pré B) até pesquisadores de pós-graduação, e, devido a este crescimento do número de imigrantes inseridos principalmente na educação básica, percebemos que ao explicar os incentivos recebidos pelos imigrantes europeus durante o século XX causa uma certa estranheza aos novos imigrantes, afinal sua situação é oposta. Neste sentido, buscamos por meio de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo abarcando conceitos contemporâneos com destaque para o de fronteiras simbólicas oriunda dos processos de globalização e o conceito emergente xenorracismo. Com o intuito de analisar os fluxos (i)migratórios que ocorreram ao longo da primeira metade do século XX predominantemente por grupos que saíram da Europa e construir um contraponto acerca dos fluxos (i)migratórios de haitianos e senegaleses que se aceleraram no início do século XXI em solo Erechinense, mapeando as consonâncias e as dissonâncias destes fluxos (i)migratórios em Erechim / RS, partindo da premissa que ambas as movimentações perpassam pela busca de melhores condições de vida, ascensão profissional e conseqüentemente social e aceitação no novo espaço ocupado.

Para fins de estruturação, o artigo encontra-se dividido em três partes, a primeira, aborda a ocupação da terra no Alto Uruguai Gaúcho na primeira metade do século XX, a legislação que norteou o processo de imigração e por fim a consolidação da narrativa que transformou colonizadores em pioneiros. A segunda parte, historiciza os novos fluxos migratórios oriundos do

sul global¹, com ênfase para haitianos, senegaleses e venezuelanos. E por fim, amparados pelos conceitos de globalização, fronteiras simbólicas e xenorracismo, analisaremos as consonâncias e as dissonâncias destes fluxos (i)migratórios em Erechim / RS.

Legislação e ocupação de terras no Rio Grande do Sul

Antes de falar do processo de ocupação da terra no Rio Grande do Sul, realizaremos uma breve síntese sobre este processo em âmbito nacional, tendo em vista que o Brasil historicamente tem dificuldade em construir políticas capazes de resolver os problemas da ocupação das terras no país, principalmente pela extensão territorial e pelo conflito de interesses com os detentores do controle do agronegócio. As primeiras tentativas de regularização desta situação, de acordo com Emília Viotti da Costa (2007, p. 172), a partir das “novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e de trabalho, diversas leis importantes foram decretadas em diferentes países durante o século XIX”, em uma sociedade pautada pelo regime escravagista e com discrepâncias socioeconômicas, os impactos foram diferentes “de uma região para outra, de acordo com o grau e a intensidade com que o desenvolvimento da economia industrial e comercial afetou essas áreas” (Costa, 2007, p.172). Outro elemento que pode ser evocado é a Lei de Terras de 1850 que “proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa” (Costa, 2007, p.173). Portanto, “(...) no Brasil, toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas” (Costa, 2007, p.173).

No Rio Grande do Sul, a relação com a terra é baseada na força, extensas faixas de terras que eram ocupadas por negros, caboclos, indígenas, posseiros, e fugitivos das Revoluções Farroupilha e de 1893, e, mais tarde, com os “forasteiros” que permaneceram após a construção do ramal ferroviário. Modelo de ocupação da terra que causava inúmeros problemas ao governo provincial.

A insustentabilidade deste cenário obrigou o governo a intervir por meio de uma política de colonização no início do século XX. Empresas colonizadoras² particulares (ICA e Luce & Rosa –

¹ A primeira vez que o termo foi utilizado, em 1969, originalmente para falando sobre a guerra do Vietnã. Mas somente em 2004 passou a ser utilizado em larga escala em produções de língua inglesa e pode ser considerado uma derivação do conceito de Sul, que outrora designava termos como “terceiro mundo” e “países em desenvolvimento”. O termo ainda está em discussão e é semanticamente genérico. Aqui o utilizaremos para designar o espaço em que os grupos étnicos latinos e africanos se derivam.

² Caron, (2009) *apud* Radin (2005) caracteriza as companhias colonizadoras como sendo [...] empresas formadas por um grupo de sócios, com diferentes participações de capital e, na maioria das vezes, apenas um deles atuava na região com as atividades relacionadas à venda das terras e, outro ou outros operava no escritório, nas cidades sede das empresas. Com isso, os sócios não se envolviam muito nas atividades diretas de venda e colocação dos colonos nas terras.

principalmente) aliaram-se às equipes de agrimensores do governo neste processo, comprando extensões de terras devolutas que eram medidas, demarcadas e vendidas pelo governo, a fim de assentar levas de colonos oriundos da Europa ou das colônias velhas. Cabe aqui salientar que “paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, aparece a necessidade de adequar as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional” (Klieman, 1986, p.18). Com o fortalecimento de uma mão de obra não escrava, busca-se formar um mercado consumidor e “povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo” (Klieman, 1986, p.118). O primeiro fluxo migratório da Colônia Erechim é fruto deste cenário, que ocorre concomitante ao “projeto de construção de um ramal férreo que, partindo de Cruz Alta, atravessaria a floresta a 50 quilômetros das margens do Rio Uruguai” (Bernardes, 1997. p. 77). Com isso, “o povoamento do Alto Uruguai aconteceu em ritmo acelerado. Foi traçado um esquema muito simples para a expansão do povoamento nas matas uruguaias, o qual abrangia as terras que ficavam às margens do Rio Uruguai” (Bernardes, 1997. p. 77).



Figura 1: Mapa atual correspondente à antiga Colônia Erechim
Fonte Gritti; Gritti, 2020, p. 117.

chegarem, o “funcionário que acompanhava o colono para lhe indicar onde ficava a sua concessão, entregava-lhe algumas ferramentas indispensáveis: foice, facão, machado, serra, enxadão. A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta”. (Roche, 1969, p. 52)

As dificuldades do cenário, de acordo com Ducatti Netto (1981, p. 78) não impediu que ocorresse “um verdadeiro êxodo das colônias velhas já muito subdivididas. Eram principalmente descendentes de italianos e alemães que procuravam as novas terras. E do estrangeiro eram principalmente os poloneses e russos que estavam chegando” A primeira mudança na configuração da imigração ocorre quando “O elemento estrangeiro deixou de vir em 1914, quando terminou o acordo que o Estado tinha com a União a respeito da introdução do braço estrangeiro e também a grande guerra que se iniciava” (Ducatti Neto, 1981, p. 78).

Mesmo com a complexidade do cenário do período, a proposta de colonização foi exitosa, o Relatório da Comissão de Terras e Colonização de junho de 1913 aponta que: “o número de habitantes da colônia era de 18.000 pessoas, das quais 10.000 eram de imigrantes provenientes diretamente do estrangeiro, enquanto que os 8.000 restantes compunham-se de brasileiros” (Ducatti Neto, 1981, p. 78). Como reflexo da interrupção da imigração europeia, temos “o êxodo das colônias velhas, o elemento italiano foi, aos poucos, superando os de outras origens. Em 1918, ano da fundação do Município, o número de habitantes já era de 35.000. Em média, havia entrada por ano, perto de 5.000 pessoas” (Ducatti Neto, 1981, p. 78).

Ao longo da primeira metade do século XX, principalmente após a emancipação de Erechim em 1918, temos a busca pelo esvaziamento das narrativas que apontam a importância dos negros, caboclos e indígenas no processo de construção e fortalecimento da Colônia Erechim. Gerhardt (2012, p. 243) aponta, que a estes grupos foram cunhados diversos termos pejorativos como forma de designação, como “pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso e posseiro”. Na mesma linha, Tedesco; Caron (2012, p. 36) apontam que os caboclos eram estigmatizados como: “usuários de técnicas agrícolas obsoletas e, por isso, atrasados e incapazes de incorporar o papel de desenvolvedores da agricultura do estado”. Todavia, “a historiografia tem denominado esta população de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres ou camponeses nacionais, em um esforço conceitual de inclusão (Gerhardt, 2012, p. 243).

Para Zarth (1997, p. 33),

A política de propiciar o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas era voltada para os imigrantes europeus e seus descendentes. Nem o extrativista (cole-

tor de erva mate nativa), nem o caçador, nem o criador de gado eram considerados como pioneiros. Apenas o agricultor (imigrante) era considerado capaz de transformar uma área de mata em áreas cultiváveis e posteriores cidades. Por isso, posseiros caboclos, negros e índios foram considerados intrusos. Os índios foram aldeados e os caboclos e negros foram ocupar as barrancas do Uruguai, terras pouco utilizáveis e de baixo valor. Muitos deles tiveram de se sujeitar a trabalhar por salários muito baixos.

Ou seja, as figuras locais foram marginalizadas e estigmatizadas. O que ofertou aos colonizadores a predominância na ocupação das terras, com o apoio do governo da província. “Portanto, a constituição da identidade, da cultura e da tradição do Alto Uruguai Gaúcho está diametralmente ligada ao processo (i)migratório, seu culto segue em voga” (Trizoto, 2022, p. 184) valorizando os “pioneiros” e relegando as contribuições dos demais grupos na constituição da sociedade local.

Os fluxos imigratórios no século XXI

A construção do Alto Uruguai Gaúcho, como vimos, perpassou pelos fluxos (i)migratórios de europeus³ e descendentes provenientes das Colônias Velhas que se fixaram na região e “construíram⁴” uma sociedade. Após cerca de um século, devido as transformações socioeconômicas fruto da globalização, e da necessidade de subsistência, renda, qualidade de vida e, em alguns casos, fuga de guerras e ou catástrofes naturais aflorou um novo ciclo imigratório, que encontra no Brasil um destino interessante.

Moreira (2010 p. 117) aponta que desde a redemocratização, “novos componentes domésticos aliados a fatores políticos externos propiciaram o posicionamento favorável ao tema dos refugiados. A questão entrou no debate nacional atrelada ao tema dos direitos humanos em destaque na cena internacional”. A chave para a consolidação deste cenário duas décadas depois residiu na não oposição dos governos e pelo envolvimento “das instituições religiosas que tiveram atuação importante na fase de transição do fim do regime militar e o percurso em prol da recuperação da democracia. Também foi relevante a participação da agência da ONU nesse processo” (Moreira, 2010 p. 117).

Dados extraídos do portal da Agência Brasil⁵ apontam que cerca de “1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil. Em dez anos, de 2011 a 2020, os maiores fluxos foram da Venezuela, Haiti,

³ Dados oriundos do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font apontam que cerca de 24 etnias compuseram o “mosaico” denominado de Colonização do Alto Uruguai Gaúcho, todavia o destaque é dado à alemães, italianos, poloneses e israelitas, que tem representação na Frinape por intermédio de princesas “étnicas”.

⁴ Illa Font (1981, p.25) sugere que: “Erechim não nasceu apenas sob o signo do cosmopolitismo, mas igualmente da brasilidade. [...]Nele (município) aflorou um modelo precursor de democracia racial, social e política”.

⁵ Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2021-12/numero-de-novos-imigrantes-cresce-244-no-brasil-em-dez-anos>>, acesso em 08, dez. 2024.

Bolívia, Colômbia e Estados Unidos”. Crescimento em progressão geométrica: o “número de novos refugiados reconhecidos anualmente no país saiu de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020”. Com relação aos requerimentos de reconhecimento da condição de refugiado “também cresceram, passando de aproximadamente de 1,4 mil, em 2011, para 28,8 mil, em 2020”. De acordo com Trizoto (2022, p. 185), no Alto Uruguai Gaúcho a leva (i)migratória tem como principais envolvidos Senegaleses e Haitianos. Ao contrário da ocorrida no século passado, os dados oficiais acerca do número de (i)migrantes que aportaram na região são insipientes”. Após a pandemia de Covid-19, temos a inserção de imigrantes venezuelanos na região.

Moraes *et.al* (2013, p.102) define a MINUSTAH⁶ como elemento fundamental para o processo migratório de haitianos, o “Brasil se torna cada dia mais atrativo para os haitianos”. Fruto da “presença de diversas Organizações Não Governamentais – ONGS brasileiras atuando de modo expressivo na ilha, (...) os símbolos, a cultura, as referências e o crescimento econômico do Brasil fizeram com que o país seja visto simpaticamente pela população do Haiti” (Mattos *et.al*, 2013, p.102).

Com relação à imigração venezuelana temos a Operação Acolhida, que foi criada pela Medida Provisória nº 820/2018, e transformada em lei pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 13.684/2018, “que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial regulado pelo Decreto nº 9.970 de 2019” (Brasil, 2024). Seu intuito é promover o controle da entrada dos imigrantes nas fronteiras, e estruturar o processo de realocação e interiorização destes imigrantes.

No Perfil dos Imigrantes no RS⁷, publicação que compila dados dos imigrantes cadastrados no Cadastro Único (2019) e no Cartão Nacional de Saúde (2020), 214 imigrantes encontravam-se cadastrados no Cadastro Único.

Em agosto de 2023, a prefeitura de Erechim por meio da Secretaria de Assistência Social o programa “Erechim Sem Fronteira”, que disponibiliza em seu site informações que ajudam os imigrantes a acessarem serviços básicos, a plataforma pode ser acessada em espanhol, inglês ou fran-

6 A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro de 2004, para reestabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio. O Brasil sempre comandou o componente militar da Missão (2004-2017), que teve a participação de tropas de outros 15 países, além do efetivo brasileiro de capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea (Ministério da Defesa, *apud* Trizoto, 2022, p. 185).

7 Disponível em: < <https://justica.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/15162256-estudo-perfil-dos-imigrantes-no-rs-2020.pdf>>. Acesso em 08, dez. 2024

cês. Em entrevista⁸, o prefeito de Erechim apontou que a cidade contava em agosto de 2023 com aproximadamente 4500 imigrantes.



Figura 3: Página Erechim Sem Fronteira na página institucional da Prefeitura de Erechim
Fonte: <<https://www.pmerechim.rs.gov.br/sem-fronteiras>>. Acesso em 08, dez. 2024

Em 2022, a cidade de Erechim recebeu o Selo Migracidades, Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil, “fruto de parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Agência da ONU para as Migrações, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública” (AMAU, 2022).

A 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (2ª COMIGRAR) ocorreu entre 08 e 10 de novembro de 2024 em Brasília articulou sessenta propostas⁹ de uma universo de 180 que buscam contribuir para a construção da Política Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA) e está dividido em seis eixos: Igualdade de tratamento e acesso aos serviços públicos, Inclusão socioeconômica e trabalho decente, Interculturalidade e diversidade, Governança e participação social, Regularização documental e Enfrentamento de violações de direitos.

Como vimos, os fluxos imigratórios crescem no Brasil, e isto exige do poder público construir estratégias para acolher estes grupos, fortalecer os órgãos que os acompanham e principalmente para conseguir quantificar de maneira mais precisa o número de imigrantes que chegam anualmente ao país.

⁸ Mais de 5% da mão de obra de Erechim é ocupada por estrangeiros. Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/mais-de-5-da-mao-de-obra-de-erechim-e-ocupada-por-estrangeiros/>>, acesso em 08, dez. 2024

⁹ Propostas disponíveis em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2024-11/202411_60-propostas-priorizadas-comigrar.pdf>.

Dissonâncias e Consonâncias nos processos de imigração no Alto Uruguai Gaúcho

Os imigrantes haitianos, venezuelanos e senegaleses confrontam-se cotidianamente com o estranhamento: “a sociedade brasileira, quando sente uma aversão ao estranho, quando tenta ‘se defender de uma invasão estrangeira’, prática na grande maioria das vezes condutas direcionadas a ali-enígenas que possuem a cor da pele negra” (Cruz Neto, 2017, p. 51). Algo menos usual para os imigrantes europeus, que passaram por isso, principalmente na Era Vargas quando tiveram sua liberdade de comunicação em língua materna tolhida.

De acordo com Mattos (2016, p. 35), “imigrantes vindos da África e do Haiti, dessa forma, carregam em sua pele o estigma de sua origem e de sua ‘raça’, sendo facilmente distinguidos dos demais devido sua cor, religião e cultura, o que ocasiona numa dificuldade maior de se integrarem plenamente na sociedade”. Neste sentido, buscaremos munidos dos conceitos de globalização, fronteiras simbólicas e xenorracismo entender as dissonâncias e consonâncias nos processos de imigração no Alto Uruguai Gaúcho.

Os debates acerca destes conceitos se entrelaçam, pois com o fortalecimento da ideia de uma sociedade global com fronteiras fluidas, reforça a ideia de que “a fronteira é uma criação humana e por isso o seu conceito possui um caráter histórico” (Heinsfeld, 2015, p.30). Ela, deve ser compreendida ainda como “um fenômeno social que não pode ficar alheio a estas relações. A história não nos permite minimizar o papel relevante das fronteiras na vida dos Estados” (Heinsfeld, 2015, p.30).

Pensar no conceito de fronteira requer compreender que ele deriva da noção moderna de Nação, onde “o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes; em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica; na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XIX” (Hobsbawn, 2011, p. 123). O que nos leva a considerar outro conceito chave, a “comunidade política imaginada” (Anderson, 1983, p. 132), que não tem mais como elemento central legitimador uma deidade, mas sim, um sentimento de consciência nacional.

Bhabha (1998), sugere que a representatividade de uma nação deve ser analisada observando a temporalidade e não de um processo historicizado de antemão, rompendo com a tradicional explicação embasada na correlação “causa x efeito”, refuta a interpretação linear do processo, e defende que ele é um embate contínuo entre os grupos sociais que buscam a hegemonia. Os “tempos” da nação - pedagógico (passado) e performático (presente) – são reelaborados a partir da interação dos signos e consolidação / exclusão de tradições. Em consonância, Hall (2005, p.21), aponta que “a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou

representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida ela tornou-se politizada”, com isso, a ideia de nação já não pode ser considerada estanque e homogênea, e incapaz de produzir identidades unificadas.

De acordo com Trizoto (2022, p. 189), enquanto “Hobsbawn e Anderson, propõem uma análise linear, Bhabha e Hall optam pela fluidez da construção das relações sociais, econômicas e política, o que reforça a tese de que nação, identidade nacional e por consequência memória coletiva são indissociáveis”. Guibernau (2013) contribui:

Este sentimento assenta em várias componentes: o sentido de pertencer à nação assente na consciência de ser parte de uma comunidade específica, como os "portugueses", por exemplo; uma história, uma cultura e uma língua partilhadas; a ligação a um determinado território; o direito da população a ser reconhecida como um demos, isto é, como um coletivo com capacidade para decidir o seu destino' Assim concebido, o nacionalismo é uma expressão da identidade nacional, definida como a crença na pertença a uma nação, cujos membros partilham a maioria dos atributos que a tornam distinta das outras (Guibernau, 2013, p. 39).

A emergência destes conceitos e seu entrelaçamento traz um novo sentido tanto para o racismo e principalmente para a xenofobia, de maneira que eles denominam processos historicamente consolidados como formas de preconceito, origem étnica, geográfica ou pela cor da pele. Todavia, desde 2017, um termo originalmente cunhado em 2001 por Ambalavaner Sivanandan teórico de raça e racismo cingalês, tem trazido um novo olhar à questão:

Se é xenofobia, é – no sentido de depreciar e reificar pessoas antes de segregar e/ou expeli-las – uma xenofobia que carrega todas as marcas do antigo racismo, exceto que não é codificado por cores. É um racismo que não é apenas direcionado aqueles com peles mais escuras, dos antigos países coloniais, mas às novas categorias dos brancos deslocados e desterritorializados, que estão batendo nas portas da Europa, a Europa que os deslocou em primeiro lugar. É racismo em substância, mas xenofobia na forma – um racismo que é infligido para empobrecer estrangeiros, mesmo se eles são brancos. É xenoracismo (Sivanandan, 2001, tradução minha)

No Brasil, o termo xenoracismo começou a ser utilizado em 2017 para designar o preconceito sofrido por imigrantes bolivianas em São Paulo, e se popularizou após o início da Guerra entre Rússia e Ucrânia. Faustino e Oliveira (2022, p. 203) apontam que xenoracismo, “a brasileira” é caracterizada pela

[...]denúncia à negação de direitos e violências diversas sofridas pelos grupos supracitados, mas demonstra-se, no entanto, pouco sensível à tematização da distribuição desigual e racializada da fobia e da filia entre diferentes grupos de estrangeiros (xeno) em países de via colonial – sobretudo, no contexto da xenofobia sul-sul – uma vez que para a tal propositura a clivagem central que daria sustentação à

discriminação não seria a cor da pele, mas a nacionalidade (estrangeiro X nacional).

Assim, o xenorracismo designa o preconceito com o imigrante que se acentua se ele não atende a questões básicas de pertencimento de uma determinada sociedade, como a cor da pele. Anteriormente, os termos isolados de racismo e xenofobia não davam conta de explicar todas as contradições do processo imigratório e da inserção dos imigrantes no seu novo local.

A partir do exposto, analisaremos consonâncias e dissonâncias dos fluxos imigratórios em Erechim, para Cassol (1991, p.89), “[...] na fase da colonização dirigida pelo Estado, a partir de 1908, quando o objetivo principal do colonizador, é FARE LA CUCAGNA, é a busca do EL DO-RADO”, onde o espaço ocupado é um obstáculo devido ao “espírito de poupança, a filosofia de trabalho, o cálculo empresarial, de acumulação, de progresso, cercado pela precariedade de recursos, pequena propriedade”, pois “é preciso abater a floresta que impede a plantação, é preciso domar o solo para abrir caminhos, construir casa, cidades, comunicações, estabelecer Estado, Igrejas e seus órgãos e autoridades” (Cassol, 1991, p. 89-90). Ainda para o autor, “o animal selvagem aparece como perigoso, os pássaros devoram a semente, o índio e o posseiro aparecem diferentes, inconfiáveis, deverão ser enxotados para não ameaçarem a propriedade, a produção, o comércio” (Cassol, 1991, p. 89-90).

Já, com relação à imigração de haitianos, Dutra, (2016, p. 224) aponta que eles se caracterizam em termos linguísticos por “serem diglóticos, por se comunicarem no interior do grupo apenas no crioulo haitiano, o idioma de 95% da população do Haiti; já o francês é a língua dos demais 5%. [...] Para os haitianos, e mesmo para as equipes de acolhimento, uma das grandes barreiras é referente à língua”. Ou seja, da mesma forma como ocorreu com os imigrantes europeus e descendentes, o idioma é uma barreira que precisa ser superada. Em que se pese, que haitianos, senegaleses e venezuelanos têm acesso à educação seja em nível básico em tempo certo (crianças e adolescentes) ou por meio da educação de jovens e adultos. Depoimentos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font relatam que uma parcela dos colonizadores e de seus descendentes viveram décadas no Brasil e muitos morreram sem aprender o português.

Os (i)migrantes haitianos e senegaleses e venezuelanos sofrem com o estranhamento: “a sociedade brasileira, quando sente uma aversão ao estranho, quando tenta ‘se defender de uma invasão estrangeira, prática na grande maioria das vezes condutas direcionadas a alienígenas que possuem a cor da pele negra” (Cruz Neto, 2017, p. 51). Já os imigrantes europeus sofreram menos por serem brancos e pelo governo buscar sua inserção na sociedade brasileira. “O que não os isentou, princi-

palmente na Era Vargas de terem sua liberdade de comunicação em língua materna tolhida” (Trizoto, 2022, p.).

Assim, percebemos que a discrepância no tratamento entre os grupos de imigrantes é um reflexo da crise estrutural que a sociedade brasileira vem passando desde o questionamento à ciência e a educação e a não aceitação do outro que não se enquadra nos limites impostos pelo grupo. Desconsiderando por exemplo que ambos os fluxos imigratórios vieram ao Brasil em busca de trabalho, educação, qualidade de vida, saúde e dignidade. Enquanto os europeus e seus descendentes prosperaram, o mesmo não pode ser dito aos imigrantes do sul global, pois a resistência que enfrentam é maior.

Considerações finais

A pesquisa traçou uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo acerca do conceito de fronteiras simbólicas produzidas pela globalização a partir da análise dos fluxos (i)migratórios ocorridos na primeira metade do século XX e o ocorrido nas duas primeiras décadas do século XXI. Com o intuito de analisar as consonâncias e dissonâncias nos fluxos (i)migratórios ocorridos no Alto Uruguai Gaúcho.

Compará-los é complexo, afinal temos extensa bibliografia europeia estratificada no bojo da sociedade local como o ápice de uma narrativa histórica repleta de mitos e heróis que transformou o colonizador em “pioneiro”. O intuito não é desconstruir o papel destes grupos para o desenvolvimento de Erechim, mas adequá-los a uma perspectiva historiográfica atual, que busca dar voz a todos os atores sociais e romper com os ufanismos. Com relação ao segundo fluxo que ainda está ocorrendo, deparamo-nos com a escassez de produções acadêmicas e de dados precisos por exemplo sobre o número de imigrantes que aportaram na região.

Outrossim, percebemos que ao sair de sua nação. Os imigrantes buscam condições melhores de trabalho, educação, qualidade de vida, saúde e dignidade para si e para suas famílias. Afinal, a decisão de imigrar é contrabalançar a busca por uma vida melhor e desistir de estar com os seus conterrâneos para empreender e viver em uma terra desconhecida e por vezes, hostil. Nesta pesquisa percebemos que, a primeira leva de (i)migrantes teve respaldo social e político que fortaleceram a manutenção de suas teias sociais e tradições. Já os que vieram na segunda leva sofrem com o xenoracismo por não se enquadrarem nos padrões “aceitáveis” principalmente com relação à cor da pele.

Referências

- AMAU. **Erechim é reconhecida por agência da ONU com o selo Migracidades**. Disponível em: <<https://www.amau.com.br/site/erechim-e-reconhecida-por-agencia-da-onu-com-o-selo-migracidades/>>. Acesso em 08, dez. 2024.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **O Brasil na MINUSTAH(Haiti)**, 2017.
- CASSOL, Ernesto. Positivismo na Colonização do Norte do Rio Grande do Sul, in Revista **Perspectiva** nº 51 e 52. CESE, Erechim, 1991.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.
- CRUZ NETO, Reinaldo Venâncio da. **No Brasil, xenofobia tem cor e alvo: a realidade do deslocamento humano de haitianos ao Brasil, através do Estado do Acre, pós-catástrofe natural no Haiti em 2010**. 2017. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília: Brasília, 2017.
- DUCATTI NETO, A. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre, Grafosul, 1981.
- DUTRA, Cristiane Feldmann. **Além do Haiti: uma análise da imigração haitiana para o Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, p. 193-210, 2022.
- GRITTI, I.R.; GRITTI, S. M. A educação polonesa na Colônia Erechim: a escola como instrumento de organização e resistência. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 115-134, 2020. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/11654>>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nationalisms: The nation-state and nationalism in the twentieth century**. John Wiley & Sons, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005
- HEINSFELD, A. A fronteira: historicidade e conceitualização, in: **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Ed. UFS. p. 25-40, 2015

KLIEMANN, L. H. S. RS Terra e Poder História da questão agrária. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1986. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 12, n. 2, p. 116-118, 1986.

MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A, A.; MATTOS, B. R.B. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p.95-114, 2013. Bimestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/35798>>. Acesso em 30, nov. 2024.

RADIN, J. C. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Florianópolis: UFSC, 2006. (Tese de Doutorado em História)

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SIVANANDAN, Ambalavaner. Poverty is the new black. **Race & Class**, v. 43, n. 2, p. 1-5, 2001. Disponível em: <<https://libcom.org/article/poverty-new-black-asivanandan>>. Acesso em 08, dez. 2024

TEDESCO, J. C.; CARON, M. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho – 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, n. 1, 2 jul. 2012.

TRIZOTO H. A. Eu sou o que o outro não é: as fronteiras simbólicas produzidas pela globalização perante o novo fluxo (i)migratório no Alto Uruguai Gaúcho. In PEPPE C. R.; SANTOS, T.C.P.; TRIZOTO, H.A. **História Regional, Perspectivas e Debates no Século XXI**. São Borja: RS, 2021.

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. Ijuí, UNIUI, 1997.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.